

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TERRITORIALIZADAS: NO CONTEXTO DE ESCOLAS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA, ELDORADO-SP

Márcia Cristina Américo¹

Universidade Metodista de Piracicaba. Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Viviane Marinho Luiz²

Universidade Metodista de Piracicaba. Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

RESUMO

Neste artigo, para além das categorias de gênero, raça e classe, que são recorrentes nas teorias do feminismo negro, descoloniais e de estudos raciais, trabalhamos com a interseccionalidade e atravessamentos dessas estruturas de poder, sobretudo a partir da dimensão do território quilombola, que para nós não se trata apenas de uma categoria de análise de pesquisa, mas lócus das vidas quilombolas. Nossa preocupação não é nos fecharmos em uma corrente teórico-metodológica, por entendermos a tradição oral, como a base epistêmica dos territórios quilombolas, e a grande escala da vida, como fundamenta o intelectual e tradicionalista Hampaté-Bâ. Considerando as teorias mencionadas dialogamos com práticas pedagógicas dos territórios quilombolas no contexto geográfico do Vale do Ribeira -SP.

Palavras- chave: Quilombos; Práticas Territorializadas; Oralidade.

TERRITORIALIZED PEDAGOGICAL PRACTICES: IN THE CONTEXT OF QUILOMBOLA'S SCHOOLS IN VALE DO RIBEIRA, ELDORADO-SP

ABSTRACT

¹ Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2015), integra o Coletivo de Educação da CONAQ e a Associação Quilombo São Pedro (Eldorado-SP). Desenvolve pesquisas nas áreas de educação escolar quilombola e infâncias quilombolas. Atualmente, é coordenadora pedagógica das EMEIFs Quilombolas da Rede Municipal de Eldorado-SP. E-mail: cristinamerico2024@gmail.com e ORCID <https://orcid.org/0009-0006-1108-2605>.

² Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), possui Licenciatura Plena em Pedagogia pela mesma instituição. Integra o Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais (CONAQ) e, atualmente, é diretora das EMEIF's Quilombolas de Eldorado-SP. E-mail: vmarinholuiz@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7638-9844>.

In this article, in addition to the categories of gender, race and class that are recurrent in black feminist, decolonial and racial studies theories, we work with intersectionality and crossings of these power structures, especially from the dimension of the quilombola territory, that for us it is not just a category of research analysis, but a locus of quilombola lives. Our concern is not to close ourselves in a theoretical-methodological current, because we understand the oral tradition as the basis of epistemic analysis of quilombola territories and the large scale of life, as the intellectual and traditionalist Hampaté-Bâ argues. Considering the theories mentioned, we dialogue with pedagogical practices of quilombola territories in the geographical context of Vale do Ribeira-SP.

Keywords: Quilombos; Territorialized Practices; Orality.

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS TERRITORIALIZADAS: EN EL CONTEXTO DE LAS ESCUELAS QUILOMBOLAS DEL VALE DO RIBEIRA, ELDORADO-SP

RESUMEN

En este artículo, además de las categorías de género, raza y clase recurrentes en las teorías feministas negras, descoloniales y de estudios raciales, trabajamos con la interseccionalidad y los cruces de estas estructuras de poder, especialmente desde la dimensión del territorio quilombola. que para nosotros no es sólo una categoría de análisis de investigación, sino un lugar de vida quilombola. Nuestra preocupación no es cerrarnos en una corriente teórico-metodológica, tal como entendemos la tradición oral, como base epistémica de los territorios quilombolas, y la gran escala de vida, tal como la fundó el intelectual y tradicionalista Hampaté-Bâ. Teniendo en cuenta las teorías mencionadas, dialogamos con las prácticas pedagógicas de los territorios quilombolas en el contexto geográfico de Vale do Ribeira-SP.

Palabras clave: Quilombos; Prácticas Territorializadas; Oralidad.

PRATIQUES PÉDAGOGIQUES TERRITORIALISÉES : DANS LE CONTEXTE DES ÉCOLES QUILOMBOLA DE VALE DO RIBEIRA, ELDORADO-SP

RÉSUMÉ

Dans cet article, en plus des catégories de genre, de race et de classe qui sont récurrentes dans les théories du féminisme noir, du féminisme décolonial et des études raciales, nous travaillons sur l'intersectionnalité et les croisements de ces structures de pouvoir, en particulier De la dimension du territoire quilombola, qui pour nous n'est pas seulement une catégorie d'analyse de recherche, mais le lieu des vies quilombola. Notre préoccupation n'est pas ce que c'est que de s'enfermer dans un courant théorique-méthodologique, car nous comprenons la tradition orale, comme la base épistémique des territoires quilombolas et de la grande échelle de la vie, comme l'intellectuel et traditionaliste Hampaté-Bâ est fondé. En considérant les théories mentionnées,

nous dialoguons avec les pratiques pédagogiques des territoires quilombolas dans le contexte géographique de Vale do Ribeira-SP.

Mots-clés : Quilombos; Pratiques Territorialisées; Oralité.

INICIANDO A PROSA

A prática de louvação tem sido estudada em várias culturas da África Ocidental. A louvação não é uma concepção religiosa e sim uma forma do uso da palavra. Louvadores e louvadoras compõem uma das categorias de especialistas, são historiadores (as) da tradição oral³. Dizem que quando uma pessoa é louvada, o que significa que quando se fala bem e do quanto é grande aquilo que ela faz, a pessoa louvada se endireita, se estica, cresce; o rosto se alarga e o seu olhar fica diferente. Por outro lado, quando se humilha uma pessoa ela se encolhe.

A prática da louvação está entrelaçada à constituição da pessoa, sendo ela completada das palavras que vem de fora e é capaz de transformar as emoções em bem-estar físico e altivez na postura corporal e fisionômica. A louvação está o tempo todo dizendo à pessoa que ela é excepcional, singular, maravilhosa, e que deve não somente igualar, mas também com a possibilidade de ultrapassar os bons feitos de seus antepassados. A louvação é o reconhecimento da pessoa e toda sua história, cultura, modos de ser e viver.

Entrelaçando a nossa reflexão sobre educação escolar quilombola com a tradição de louvadores (as), neste artigo pretendemos visibilizar proposituras descolonizadoras, que possibilitam o “*esticamento*” das crianças quilombolas por meio do reconhecimento de sua história, cultura, modos de ser e viver em seus territórios.

As autoras desse texto gostam de brincar com as palavras, esse texto “*falavrado*” ou “*falavrador*”⁴, que é a mistura da fala (oralidade) e do lavar,

³ Sobre a prática de Louvação ver em: Farias. Paulo F. de Moraes Griots. **Louvação oral e noção de pessoa no Sahel**. Ver em: [2004 Casa das frucas / PUC / USP \(acervoafrica.org.br\)](http://2004.Casa.das.frucas/PUC/USP(acervoafrica.org.br)) . Data de acesso em 05 nov. 2023.

⁴ Maria Páscoa Sarmiento utiliza o termo *falavras*, para se referir as falas e escrituras autorais de mulheres negras e quilombolas que retratam a condição da mulher negra. A partir da leitura do artigo da autora veio a inspiração para recriar os termos *falavrado*, *falavrador* Ver o

associado ao lavrar a terra. Isso diz do nosso lugar de residência e resistência em territórios quilombolas e evidencia o resultado da vivência nesses territórios, junto a lavradoras e lavradores e do nosso trabalho na educação, com crianças quilombolas. Nesse sentido, resgatamos nossas infâncias brincantes e vivenciamos o mundo do trabalho no território para além da dimensão capitalista, mas como modo de viver, patrimônio imaterial⁵, história, memória, cultura e geração de renda. Somos constituídas no movimento social, sobretudo no feminismo negro, co-fundadoras e articuladoras do Coletivo Mulheres Quilombolas na Luta, teorizando, sistematizando e construindo junto com as mulheres quilombolas “O feminismo quilombola”, forjado dentro dos territórios quilombolas⁶. Residimos em territórios quilombolas e atuamos em salas de aulas com crianças quilombolas do Ensino Fundamental I (1º ao 5º anos), localizadas no município de Eldorado, na região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

Com vistas à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCN-EEQ), nossa compreensão é de que se faz necessário trabalhar o conteúdo da História da África e sua diáspora no Brasil numa perspectiva afro-referenciada, integral, universal e não fragmentada. Concordando com Georgina Nunes, “[...] Para além da nação palmarina, outros tantos quilombos foram formados nas diásporas africanas. [...] para além da concepção de lugar de fuga” (NUNES, 2015, p.115). Dessa forma, ainda considerando o Parecer CNE/CEB Nº 12/2012,

Os quilombos, todavia, não se perderam no passado. Eles se mantêm vivos, na atualidade, por meio da presença ativa das várias comunidades quilombolas existentes nas diferentes regiões do país. O direito a uma educação escolar que respeite e reconheça sua história, memória, tecnologias, territórios e conhecimentos tem sido

artigo: Ver o artigo: **Re-existências malungas: agência sociopolítica de mulheres quilombolas no Marajó**, Maria Páscoa de Sarmiento Sousa, 2022.

⁵ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconheceu o Sistema Agrícola Tradicional dos Quilombolas do Vale do Ribeira como patrimônio imaterial brasileiro em setembro de 2018.

⁶ O Coletivo de Mulheres Quilombolas na Luta” - CONAQ/SP surge no primeiro semestre de 2019, com mulheres de quatro quilombos: São Pedro, Galvão, Ivaporunduva, Piririca, dos municípios de Eldorado e Iporanga – SP. O MQNL é composto por mais 70 mulheres e se configura enquanto um espaço de formação política com pauta específica para/das mulheres nos/dos territórios quilombolas. Leitura complementar: LUIZ E AMÉRICO (2021).

uma das reivindicações históricas dessas comunidades e das organizações do movimento quilombola (BRASIL 2012, p.5-6).

O desconhecimento ou informação equivocada da história das civilizações do continente africano e seus descendentes na diáspora forçada às Américas alicerçou a produção de imagens e do imaginário divulgados na historiografia, nas revistas, nos filmes, nos documentários e nos livros didáticos escolares – reforçando o caráter racista, preconceituoso, alienante e restritivo sobre os quilombos. Givânia Maria da Silva concebe os territórios quilombolas enquanto “espaços de lutas, resistências, ressignificações, reinvenção e persistência, espaços de emancipação e construção de conhecimentos”; para ela esse lugar ancestral é “sinônimo de afirmação identitária, organização e de manutenção de saberes individual e coletivo”. Essa concepção está associada aos conhecimentos produzidos secularmente pelo grupo, passados de geração a geração, por meio da tradição oral. Tais conhecimentos são considerados processos educativos próprios e como espaço de organização circular e não isolada (Silva, 2019, p. 82), que se inscrevem na luta emancipatória pautada no coletivo.

AS DEMANDAS PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

*A escola é espaço.
De desconstruir o racismo.
De falar do povo negro.
E do seu protagonismo.
Quero ver Nelson Mandela.
E Tereza de Benguela.
Na capa dos nossos livros.
(Maria Senhora G. dos S. Gonçalves, 2020)⁷*

Em 2022, pela primeira vez o IBGE mapeou 6023 comunidades quilombolas em 1.674 municípios de 24 Estados⁸. As demandas pela educação

⁷ Excerto extraído do poema “Vozes da Educação Quilombola”, elaborado especialmente para a I Jornada Virtual de Educação Quilombola, realizada em 2020. O poema foi publicado no livro Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos (SILVA, et. al., 2021)

⁸ Ver em: Arruti, José Maurício. O que esperar do Censo quilombola de 2023? Jornal Unicamp. 15 Junho 2022. Disponível em: < [O que esperar do Censo quilombola de 2023? | Unicamp](#). Acesso em: 27 maio de 2024.

quilombola não se desvinculam da luta pelo direito dos territórios. Terra e educação estão nas pautas centrais de luta pelos direitos quilombolas dos mais de 6 mil quilombos do Brasil, porém, apenas 5% das comunidades quilombolas têm assegurado juridicamente o direito a seus territórios⁹.

Historicamente as comunidades quilombolas vivenciam e enfrentam o racismo estrutural e ambiental¹⁰, que limita o acesso e efetivação de políticas públicas básicas, como regularização fundiária, educação, saúde, estradas, transporte, entre outras. A luta pela terra é fundamental para avançarmos no direito à escolarização em territórios quilombolas.

No final da década de 70 o Movimento Negro Unificado (MNU) se constituiu como um importante ator coletivo e político, formado por diferentes grupos e entidades no enfrentamento e no combate ao racismo, elegendo a educação e o trabalho como pauta de luta contra o racismo (Gomes, 2021, p. 32), colaborando na formação de lideranças políticas, inclusive quilombolas, visando a politização e fortalecimento da luta por direitos sociais.

O movimento negro, que traz à tona o racismo da sociedade brasileira, colaborou para a visibilidade da pauta quilombola no cenário nacional. Discussões de diversas entidades e movimentos compuseram uma série de proposições inscritas e aprovadas na Constituição Federal de 1988, assegurando o reconhecimento público da pluralidade étnico-racial da sociedade brasileira. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, importantes documentos de instrumentação jurídica da política educacional foram colocados em pauta e aprovados pelo Congresso Nacional.

Vejamos, quando as comunidades quilombolas expressam suas demandas por meio dos movimentos sociais que exigem do Estado a inclusão

⁹ Ver no site da Conaq. <[Só cerca de 5% das 3,2 mil comunidades quilombolas reconhecidas no Brasil são demarcadas - CONAQ](#)>. Acesso em 27 de maio de 2024.

¹⁰ Silvio Almeida explica que na concepção do racismo estrutural “(...) as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modos mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista”. (ALMEIDA, 2020, pp. 36; 47.) Já o racismo ambiental ou injustiças sociais são formas simultâneas, cumulativas e institucionalizadas de opressões e penalizações sofridas por grupos específicos que estão inseridos em áreas degradadas, desvalorizadas ou de interesse do capital que visa lucro a qualquer custo em nome do desenvolvimento (Herculano E Pacheco, 2006, p. 25).

de uma pauta específica na política nacional de direitos sociais por terra, saúde, educação, moradia, segurança, transporte etc, há um deslocamento da atenção do poder público. A academia, por consequência, é provocada e aos poucos tem sido direcionada a elaborar conhecimentos acerca desse movimento histórico, considerando o protagonismo de tais povos. Nilma Lino Gomes, afirma que o movimento negro, o movimento quilombola e demais entidades negras são importantes atores e produtores de pedagogias próprias e descolonizadoras dos currículos escolares (Gomes, 2021, p. 28). Neste caso, o local de tensão é a academia, que gera, por sua vez, reflexo, também na escola.

Em 20 de novembro de 1995, ocorreu a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, em alusão aos 300 anos da morte do líder quilombola. A Marcha foi uma manifestação organizada pelo movimento negro contemporâneo, pactuada entre os representantes das principais organizações e lideranças negras do país e mobilizou cerca de 30 mil pessoas em Brasília. Essa mobilização resultou em um inventário sobre a situação da população negra no Brasil e um programa de ações para a superação do racismo, que foi entregue ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) nasce na “Marcha Zumbi dos Palmares”. Nesse evento a sociedade brasileira assistiu uma das primeiras manifestações públicas da articulação nacional dos quilombolas, que estrategicamente organizaram o I Seminário Nacional da Articulação Quilombola, que ocorreu entre os dias 17 a 20 de novembro de 1995 em Brasília. Desse encontro saíram reivindicações concretas dos povos quilombolas ao Estado Brasileiro, dentre elas, a educação escolar nos territórios quilombolas.

Oficialmente em 12 de maio de 1996, no Quilombo Rio das Rãs em Bom Jesus da Lapa/BA foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que se constitui enquanto um movimento social de quilombolas, de representação máxima em nível nacional. A CONAQ tem sido responsável pelas pressões e tensões ao Estado

brasileiro por efetivação de políticas públicas dos direitos coletivos das comunidades quilombolas no Brasil. É nesse bojo que localizam-se, também, as reivindicações do campo educacional, que é a base deste trabalho.¹¹

A luta do movimento social quilombola, aliado a outros movimentos e entidades, demandou ações concretas no campo da educação. Em 2003, a lei 10.639/2003, posteriormente alterada pela Lei 11645/08 para inclusão dos povos indígenas, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica de todo o país. Um ano mais tarde foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, através da Resolução CNE/CP nº 1/2004 e no ano de 2012, o Ministério da Educação aprovou a Resolução CNE/CEB Nº 8/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQ) De acordo com o Parecer CNE/CEB Nº 16/2012, que versa sobre a referida resolução:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Brasil, 2012. p. 1).

Observamos que a educação escolar quilombola está intimamente ligada ao território, as práticas culturais cotidianas, a ancestralidade e isso deve estar presente, tanto na estrutura, se tratando de questões como alimentação escolar e quadro de funcionários, quanto no funcionamento da escola, pensando num currículo condizente com a realidade e valorização dos saberes e território quilombola. Nesse sentido, no contexto do Vale do Ribeira, Luiz Marcos de França Dias, que estudou os saberes tradicionais e o processo de resistência histórica de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP), com

¹¹ Para acompanhar os processos de mobilização das comunidades quilombolas no Brasil ver: SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: Panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 1ed. Curitiba : Appris, 2016.

base nos conhecimentos ancestrais inscritos na roça de coivara, a partir de um conceito mais amplo de educação, propõe que o espaço escolar deve ofertar práticas pedagógicas que propiciem a ligação e conexão com os modos de vida das comunidades quilombolas (Dias, 2020, p, 143), que se inserem na reafirmação e reconhecimento coletivo do território étnico e seus modos específicos de organizar a vida em consonância ecológica, cultural, social, ancestral.

EDUCAÇÃO E CONTEXTO DE EMBATE: ANÚNCIOS E DENÚNCIAS COM PESQUISAS DOS TERRITÓRIOS

Aqui, nós tamo no céu, nós tamo na glória, porque aqui... aqui nós temo um mamão, aqui nós temo uma banana, aqui nós temo uma laranja, aqui nós temo uma mandioca, aqui nós temo...
(Benedita Ferreira dos Santos - Quilombo Ivaporunduva.)¹²

Falar de práticas pedagógicas territorializadas como nos predispomos neste escrito é, inicialmente, evidenciar o território como centro das discussões, uma vez que o direito à terra e à educação são indissociáveis, pois a educação escolar quilombola tem como lócus, o território propriamente dito, sendo fundamental “A luta pela terra e pelo fim da violência” ponto “fundamental para avançarmos no direito à educação nas comunidades quilombolas” (Souza; Silva, 2020, p. 34). Historicamente a população negra tem sido alijada de direitos essenciais e fundamentais para a vida. Em 1850, por exemplo, a Lei de concessão de Terras, suprimiu qualquer possibilidade de direitos à população negra, fomentando a concentração agrária nas mãos dos grandes proprietários, cujo sentido da terra, para eles, era (e continua sendo) estritamente comercial, diferentemente de uma cosmopercepção quilombola em que a terra é concebida como sagrada, é dela que emergem todas as outras lutas¹³. Somente no ano de 1988, através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é que o direito territorial foi consolidado em lei, a

¹² Trecho de entrevista extraída de “O Quilombo Ivaporunduva e o enunciado das gerações” (Luiz, 2013, p.128)

¹³ Para saber mais sobre a Lei de Terras e Consequências, indicamos a leitura de: Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica**, v.IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

partir de embate político dos movimentos negro e quilombola. No ano de 2003, o Decreto Federal nº 4887/03, passou a regulamentar a demarcação dos territórios quilombolas. Tal embate perpassou para o campo jurídico, após Ação Direta de Inconstitucionalidade ter sido impetrada no Supremo Tribunal Federal, pelo antigo partido político PFL¹⁴, questionando a validade do decreto. Tal ação só foi julgada como improcedente pela Suprema Corte no ano de 2018. Os dois exemplos aqui apresentados nos remetem a duas perspectivas da história. Enquanto de um lado temos sujeitos de direito, reivindicando, debatendo e demandando do estado as políticas públicas para equidade, visando o território coletivo; de outro, há o pensamento pautado na propriedade privada, na concentração do capital e dos meios de produção, no aniquilamento dos povos e comunidades tradicionais e expropriação dos recursos ambientais.

No campo da educação escolar, pesquisas têm denunciado ausências ou supressões de direitos. A pesquisadora Givânia Maria da Silva, no contexto do Quilombo Conceição das Crioulas no Pernambuco, analisou questões que se configuram entraves para a construção da educação escolar quilombola: “o currículo, a formação de professores(as), os materiais didáticos e a participação da sociedade civil e, em especial, as organizações quilombolas e gestão nas diversas instâncias” (Silva, 2012, p. 79). Edimara G. Soares (2012), ao analisar a implementação de políticas educacionais voltadas para o atendimento da Educação Escolar Quilombola no estado do Paraná entre 2009 e 2011, em sua pesquisa, considerou que o investimento do Estado redundou em várias ações descontínuas nas comunidades quilombolas. Já Márcia Cristina Américo (2010; 2015), ao estudar o processo de escolarização das famílias do Quilombo Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, concluiu que o processo de escolarização ocorreu de forma tardia e precária no século XX. Tal realidade se estende a outras comunidades vizinhas, já que partilham dos mesmos laços de parentesco e vivência. Além disso, a pesquisadora denunciou, também, as dificuldades de acesso à escolarização, as péssimas condições e/ou ausência de estradas e de transporte escolar,

¹⁴ O Partido da Frente Liberal (PFL) se tornou foi nomeado há alguns anos como Democratas e se fundindo com o PSL passou a se chamar União Brasil.

defasagem educacional, entre outros (Américo, 2015, p.276). Em 2020, a realidade pouco tem mudado no campo educacional do contexto quilombola. Há, ainda, problemas envolvendo questões elementares, como sucessivas ausências de transporte escolar, falta de currículo e práticas pedagógicas condizentes com a realidade das comunidades, entre outras (Dias, 2020, p.149).

Embora tenhamos, ainda entraves, não podemos afirmar que não houve avanços nas políticas para quilombos. Tal fato é atribuído pela educação não escolar, aprendida dentro do território, com mais velhos e mais velhas, no cotidiano da luta e embate político, conforme apontado pela pesquisa de Viviane Marinho Luiz (2012, p.93), ao evidenciar, a participação das crianças quilombolas de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, em todos os espaços, incluindo os movimentos sociais, palestras, discussões, reivindicações, passeatas, campanhas e denúncias contra a expropriação de suas terras.

As pesquisas realizadas em territórios quilombolas têm possibilitado a análise dos avanços e dos limites da implementação das políticas públicas nas áreas emergentes. Entendemos que ao construirmos e evidenciarmos os dados por meio de pesquisas tornamos o Estado indesculpável no que se refere a execução das políticas públicas voltadas aos direitos à população quilombola.

O Projeto Quilombos e Educação: Política Públicas e Prática Pedagógicas, analisou a situação das escolas quilombolas no Brasil a partir de dados do Censo Escolar Quilombola e de estudos realizados junto ao Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Os dados da pesquisa evidenciaram um total de 2.526 escolas quilombolas no Brasil, sendo 275.132 estudantes matriculados e 51.252 docentes que atuam nessas escolas. Os resultados dos indicadores apontam que: 3,2% de um total de 275.132 professoras (es) das escolas quilombolas realizaram cursos sobre a temática das relações étnico-raciais cultura afro-brasileira e africana, assim como cursos voltados à interculturalidade diversidade; 30% das escolas quilombolas possuem acesso a material didático específico para diversidade sociocultural das comunidades

quilombolas, conforme estabelecem as Diretrizes EREER e EEQ; 21% das escolas quilombolas possuem bibliotecas ou salas de leituras; 11,8% possuem quadras de esportes cobertas ou não cobertas. No que se refere ao acesso à internet, 41% das escolas quilombolas têm acesso a internet, quando comparado com às demais escolas por dependência administrativa: municipal (100%), estadual (92,1%), federal (100%) e privada (97,6%), os dados apontam para uma desigualdade estrutural.

Essas questões evidenciadas, historicamente pelas pesquisas acadêmicas, e agora pela pesquisa produzida a partir de dados do Censo Escolar Quilombola de 2020 já vem sendo anunciadas e denunciadas há décadas pelo movimento social quilombola. Ainda são muitos os desafios e esforços das lideranças, instituições, organizações e movimento social quilombolas (CONAQ) para que se cumpra a implementação, de fato, das políticas públicas de Educação Escolar Quilombola nos mais de 6 mil territórios quilombolas presentes em quase todos os estados no Brasil. Essa realidade desafiadora também está presente no município de Eldorado –SP. Dessa forma, entendendo a carência e necessidade de docentes quilombolas e/ou engajadas com as demandas dos territórios na rede municipal de ensino, nos mobilizamos para assumir as aulas/classes de Ensino Fundamental- Anos iniciais, através de processo seletivo, como professoras contratadas, visando contribuir no processo de alfabetização de crianças quilombolas.

NOSSOS LUGARES DE RESIDÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

[...] como sua fama de rezadeira e benzedeira era muito grande, atendeu ao pedido de uma parente do acometido: que fosse fazer uma visita e rezasse por ele. Ela então se aproximou da cama e, colocando as mãos sobre a testa do homem, ordenou que a doença o libertasse. Nesse momento, dizem que um vulto cinzento desceu do céu e o vento varreu a casa toda, arreventou as tramelas das janelas e portas e “penteou” todo o matagal que beirava o rio, e depois se ouviu um som de um mergulho na água: a tal criatura desapareceu e o homem levantou-se, conversando como se nada tivesse acontecido. A figura de Maria Mereciana é tão popular entre as comunidades de quilombo de Eldorado, que a escola da comunidade de André Lopes prestou-lhe uma homenagem, nomeando a

primeira escola quilombola de São Paulo como “Maria Chules Princesa”, (Júlio César da Costa, 2012, 54)¹⁵

Neste escrito anunciamos possibilidades de práticas pedagógicas territorializadas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. O termo “territorializadas” remete à ideia de que não concebemos a educação quilombola desvinculada do território quilombola. Junto com os anúncios possíveis e realizáveis por professoras do/no território, que serão aqui apresentados, ficam visíveis as denúncias de racismo ambiental e outras formas de racismos, que atingem estudantes quilombolas e os quilombos, de uma forma geral. As práticas pedagógicas a serem apresentadas se inscrevem na região do Vale do Ribeira, que abriga mais de 100 povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, caiçaras e caboclos, além de serem detentores e guardiãs da agrobiodiversidade, são responsáveis diretos pela conservação de um dos mais importantes biomas brasileiros – a Mata Atlântica. Embora não passíveis de aprofundamento de discussão neste momento, vale considerar os constantes confrontos sociais enfrentados pelos povos tradicionais contra a expropriação de suas terras. O estado de São Paulo contabiliza 61 territórios quilombolas, sendo que 33 deles estão na região do Vale do Ribeira e especificamente 13 no município de Eldorado, que conta com¹⁶ maior quantidade de quilombos do estado. É desse contexto que emerge a nossa atuação, fala e escrita sobre educação escolar quilombola, não dissociando-a do contexto maior. Mostraremos a seguir práticas pedagógicas desenvolvidas em dois territórios quilombolas, São Pedro e Ivaporunduva. E para garantir a fidelidade da escrita, será utilizada a primeira pessoa do singular, pois cada uma das autoras detalhará seu trabalho individual.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TERRITORIALIZADAS NO QUILOMBO SÃO PEDRO

¹⁵ Excerto extraído do poema “Maria Chules”, publicado no livro: Na Ribeira da Poesia, de autoria de Júlio César da Costa, 2012, p. 54.

¹⁶ São elas: André Lopes, Ivaporunduva, Ostras, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça, Abobral Margem Direita, Abobral Margem Esquerda, Engenho, Galvão, São Pedro e Nhunguara

Atuei em sala multisseriada lecionando para crianças quilombolas do 1º ao 5º ano, na EMEIF Quilombo São Pedro, localizada a 55 km do centro da cidade de Eldorado-SP, na região do Vale do Ribeira. O Quilombo São Pedro é formado por 55 famílias, aproximadamente 150 pessoas. É desse lugar de minha residência e vivência, que partilho a minha fala e escrita sobre educação escolar quilombola, não dissociando-a do contexto maior.

As práticas educativas cotidianas em salas de aula nem sempre são delimitadas pelo espaço físico cercado por paredes e muros, já que a escola é o único local no Quilombo São Pedro que tem cerca. Consideramos, também, o território como um todo e vivenciamos a afetividade na relação docente e discente, dialogamos com Paulo Freire no sentido de que não há docência sem discência, professoras aprendem com estudantes em todo o tempo e há reciprocidade nas aprendizagens e nas ensinagens. No contexto quilombola, quando a professora é do território, todos são parentes, os estudantes são primos, sobrinhos, irmãos, e a professora é a tia, é a madrinha, portanto na escola há um misto de relações e subjetividades próprias do contexto familiar quilombola. Apresento aqui, possibilidades de trabalho, a partir do que foi realizado com turma multisseriada de 4º e 5º anos, utilizando material didático EMAI & Ler e Escrever¹⁷, sequências foram planejadas de forma interdisciplinar, compondo os componentes curriculares Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências e Matemática, tendo como referência as bases legais da educação, especificamente as DCN-EEQ.

A sequência didática proposta na Unidade 3 - "Percorrendo museus no Brasil", foi abordada partindo da questão inicial: O que é MUSEU?. As crianças responderam que era um lugar que tinha coisas velhas, um monte de quadros, estátuas, entre outros objetos antigos. Realizamos leituras, visitas virtuais, assistimos documentários de museus de diferentes estados do Brasil¹⁸, entre

¹⁷ Emai & ler e escrever – Ensino Fundamental – volume 2 – 5º ano (páginas 14 a 37). São materiais didáticos da Rede estadual de ensino de São Paulo. Alguns municípios também adotam o material para uso nas redes.

¹⁸ Todos os conteúdos que apresentamos aos estudantes descritos como "pesquisas virtuais e documentários, fotos etc" foram baixados anteriormente pelas professoras, para garantir que

eles: Museu Ricardo Brennand - Recife-PE, Museu Inhotim – Brumadinho – MG e Museu do Futebol - Pacaembu -SP. Percorremos o Museu Biológico, de Microbiologia, Histórico e o Serpentário do Instituto Butantan. No serpentário as crianças identificaram várias espécies de cobras do Bioma Mata Atlântica conhecidas por elas e as espécies desconhecidas possibilitaram novas aprendizagens como nome científico, região geográfica de ocorrência, espécies em extinção e a necessidade da preservação para o equilíbrio do meio ambiente.

Para contemplar a proposta curricular da Educação Escolar Quilombolas no plano de aula, articulo os conhecimentos produzidos pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira com os conhecimentos escolares sem hierarquização de saberes. Passamos também pelo Museu da Pessoa e uma das personagens estudadas foi a liderança Benedito Alves da Silva, o Ditão, co-fundador da Conaq, historiador comunitário, mestre do saber tradicional, que é nascido e criado no Quilombo Ivaporunduva. Nesse primeiro momento as crianças mostraram-se surpresas, curiosas e orgulhosas de ver a imagem e biografia do Ditão, como notória no Museu da Pessoa junto com outras tantas personalidades dos movimentos sociais¹⁹.

As crianças realizaram a leitura do texto bibliográfico de Benedito Alves da Silva, assistimos documentários, o qual ele narra com integridade sobre o movimento histórico, que ele participou, fala das mudanças sociais, conhece a legislação, os documentos, as ações da militância e os movimentos sociais – narra com conhecimento da história, resultado das relações e situações sociais que compõe. Apresentar histórias e memórias particulares desse grupo social para estudantes quilombolas se inscreve como parte da produção de conhecimento da população quilombola – enquanto conhecimento que faz parte da corrente histórica, deixa de ser invisível.

os estudantes tivessem acesso aos materiais, uma vez que as escolas quilombolas, contam com a precariedade e instabilidade do sinal da internet.

¹⁹ MUSEU DA PESSOA tem um acervo que conta com mais de 20.000 histórias. Personagem: Benedito Alves da Silva. Capuava. sonho e resistência. Ver em: <[História de vida - Museu da Pessoa](#)>. Acesso em: 03 de junho de 2024.

Outro espaço museológico apresentado às crianças virtualmente, num primeiro momento foi o Museu Afro Brasil Emanuel Araujo (MAB), localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo. Estudamos a biografia do idealizador e criador do MAB - Emanuel Araújo, desenhista, ilustrador, figurinista, gravador, cenógrafo, pintor, curador, museólogo. Atrélado a importância desse espaço, a Associação Quilombo São Pedro realizou a curadoria compartilhada com o MAB da exposição Roça é Vida, que destacou os saberes da roça de coivara e modos de viver e lutas das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, a partir das famílias quilombolas do São Pedro. A exposição Roça é Vida, inspirada nos livros Roça é Vida (2020) e Na Companhia de Dona Fatura: uma história sobre cultura alimentar quilombola (2022)²⁰, e contou com obras de arte, presentes nos exemplares além de artesanatos, artefatos, sementes crioulas, fotografias das famílias quilombolas e um documentário, produzido especialmente para a mostra, com depoimentos de quilombolas do Quilombo São Pedro. Num segundo momento, alguns estudantes participaram, presencialmente, da inauguração da exposição Roça é vida no MAB, junto com a família e professora da turma que também é da comunidade. As crianças se viram nas fotografias e no documentário, e materializaram em si mesmas o belo, a arte, a poesia, a poética e a estética da roça e do seu lugar de pertencimento, e a luta quilombola em dimensão singular e coletiva²¹.

Realizamos o estudo de campo na Casa de Memória no território Quilombo São Pedro, onde o casal Neirina Nolasco de França e Antonio Morato conversou com riqueza de detalhes sobre a edificação da casa pau-a-pique, que foi feita pelo seo Leonardo e dona Leonor, antepassados de Antônio. Estudos no campo da Engenharia e Arquitetura, consideram que em países africanos e no Brasil, as técnicas da construção de pau-a-pique, além de ecológicas, possuem baixo impacto ambiental, pois utilizam materiais naturais e biologicamente saudáveis, não cumprem o caráter somente de uso, há cuidado

²⁰ Os livros foram lidos anteriormente com as turmas nas atividades específicas de práticas de leitura.

²¹ Dentre as saídas para estudo de campo fizemos a proposição à Diretora responsável pelas seis escolas quilombolas, a visita assistida ao MAB para os estudantes quilombolas do município. Não tivemos devolutiva.

estético, portanto, cumprem também o caráter do belo (Ramos, 2007, p. 109). No caso da edificação visitada, consta na memória oral dos mais velhos e mais velhas, que ela foi feita por um morador, com intuito de dar conforto à futura família, que estava a contrair. A casa serviu de residência por mais de 30 anos e foi restaurada e se tornou Casa de Memória da comunidade.

Em outra aula, visitamos o Tráfico de Farinha, que consiste no local de produção da farinha de mandioca, também edificado em pau-a-pique. Por mais que a engenharia contemporânea só ofereça “soluções” habitacionais em formato de alvenaria, através de projetos de casas populares, por exemplo, os saberes quilombolas resistem. Em quase todas as residências de alvenaria do território sempre há, ao fundo, uma cozinha edificada em pau-a-pique. Essa técnica de construção tradicional e ancestral diz respeito dos conhecimentos acumulados por gerações e representa características próprias da relação do homem/mulher com o seu meio, interligadas às exigências do clima, da vegetação local e dos modos de vida (Ramos; Cunha, 2006, p.40). Essa interligação entre quilombolas e o meio em que habitam, continua mais do que viva, pois ao final dessa sequência didática, os estudantes participaram do *puxirão de barreação* da cozinha de pau a pique de uma das famílias da comunidade. Ao deslocarem-se da escola, as crianças também deslocam a posição da própria escola de espaço fechado de aprendizagem para a ideal condição de espaço de interação com o território, possibilitando o acesso mais amplo a outros saberes ali presentes.

Posterior a esse momento, pudemos fazer uma reflexão, conversando em sala de aula sobre as diferentes significações atribuídas à ideia da concepção tradicional de museu, apontando a relação entre o museu vivo e as ações práticas das famílias quilombolas, que tem sua base nas resistências históricas e que apresentam uma especificidade no fortalecimento e salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira .A estética da paisagem e dos modos de vida das famílias estão em movimento, na roça, na horta comunitária, no rio, na trilha no meio da mata, na cachoeira, nos morros. A comunidade é vida e a história é viva.

Em outra sequência de atividades, iniciada, a partir do tema “Mata Atlântica: um mundo a conhecer e cuidar”, do livro EMAI & Ler e escrever as atividades permitiram aprendizagens sobre os seis biomas brasileiros. Trabalhamos o conteúdo no mês do Meio ambiente, com ampla reflexão sobre as questões ambientais e os ensinamentos dos povos e comunidades tradicionais para a sociedade, enquanto guardiões das florestas.

Na primeira aula, ministrada por universitário e universitária quilombolas, eles trouxeram, em sala de aula, a importância da preservação da floresta e da mata ciliar, e fora da sala, cantaram músicas como “caminhos alternativos”, de Zé Pinto, cuja letra já tinha sido estudada pelos estudantes nas aulas anteriores em sala. Em uma segunda aula, outra estudante realizou atividades com os alunos sobre a importância das comunidades tradicionais para a preservação dos biomas. A terceira aula contou com a presença de Seo Aurico Dias, falando sobre “ancestralidade, territórios da Mata Atlântica e modos de vida das famílias quilombolas”. Por fim, a última aula que teve a presença de Nodir Dias, foi abordada a importância do descarte correto do lixo, e em campo, guiou os estudantes na observação de espécies da fauna e flora, no território, nas proximidades da escola. Os ministrantes das atividades são universitários, universitárias, pais, tios, tias, avô e mãe de pelo menos um dos estudantes, quilombolas que atuam como monitores ambientais e historiadores e estão na roça e/ ou atividades de organização do território, através da associação.

Antes dessas aulas, os estudos, em sala, contaram, com leitura e análise de letras de músicas sobre o tema permitiram trabalho com a gramática, além de propiciar reflexões sobre modos de produção, como em “floriô”, interpretada por Chico César e despertarem crítica social, a partir de “matança”, interpretada pelo cantor Xangai. Os estudantes também assistiram a documentários e vídeos sobre cada bioma, anotando as ideias principais no caderno; realizaram apresentações de pequenos seminários em sala de aula, onde cada grupo se encarregou de apresentar um bioma para o restante da

turma. Foram realizadas rodas de conversa, chuva de ideias tendo a professora como escriba, na lousa e posteriores registros individuais nos cadernos.

As práticas de leitura e estudos étnico-raciais em sala de aula fomentam também o contato e atenção das crianças quilombolas com as histórias das pessoas mais velhas da comunidade, pautadas na tradição oral, e alimentam ainda mais a imaginação. As (os) pequenas (os), por sua vez, partilham dessas histórias em sala de aula. Contam sobre o casal que foi caçar macuco, a assombração que grita no alto do morro, o saci que canta como pássaro etc. As histórias estão presentes nas atividades cotidianas, festejos, velórios, roça de coivara, feitura dos artefatos e artesanatos, entre outros.

Entre a imaginação e a realidade vivenciada, as crianças vão ampliando os saberes. Após as aulas, as crianças, mediadas pela professora, puderam refletir, chegando a conclusão de que os pássaros têm direito de voar livre, o rio tem direito de correr livre sem ser barrado, as florestas têm direito de permanecer em pé, as crianças têm direito de viver, brincar, nadar nos rios, ter fartura de alimentos orgânicos e moradia para todos.

Como ensina o mestre quilombola e tradicionalista Nego Bispo²², nas comunidades quilombolas, não temos asilos, não acumulamos peixes no freezer, porque a melhor forma de conservar as espécies é no rio, as frutas são colhidas no pé pelas crianças e servem para os bichos e aves que fazem o manejo da biodiversidade, e os alimentos são cultivados com fartura para alimentar as famílias e os bichos.

Quando as crianças ouvem as lideranças em nossas aulas, tem contato com a leitura no material didático, documentários (audiovisuais) sobre os biomas brasileiros e em especial a Mata Atlântica, que é seu lugar, ocorre o reconhecimento da sua história. As crianças além de aprenderem sobre os outros biomas brasileiros, elas vão se constituindo de forma positiva e sentem orgulho de si, do seu lugar e dos conhecimentos/contribuições que o seu povo tem dado a toda sociedade.

²² Ver em: SANTOS, Antonio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília, DF: INCTI – UnB. 2015.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TERRITORIALIZADAS NO QUILOMBO IVAPORUNDUVA

Atuei em sala multisseriada lecionando para crianças quilombolas do 1º ao 5º ano, EMEIF Quilombo Ivaporunduva, entre 2019 e 2023, em sala multisseriada, lecionando para crianças quilombolas do 1º ao 3º ano e 4º e 5º ano. O Quilombo Ivaporunduva, local onde resido e vivencio novas experiências e saberes a cada dia, é um quilombo rural habitado por aproximadamente 400 pessoas distribuídas em 121 famílias. A comunidade está localizada a 45 km da sede do município de Eldorado-SP e é a mais antiga do estado de São Paulo. Com a inserção de docentes quilombolas e/ou engajadas na rede municipal de ensino nos últimos anos, têm aumentado, também, as provocações à coordenação pedagógica, à direção das escolas quilombolas e a todo o quadro docente, que atua nas escolas quilombolas, a produzirem sequências didáticas e sequência de atividades interdisciplinares, voltadas aos componentes curriculares do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental Anos iniciais, a exemplo da atividade produzida a partir do livro de literatura infanto-juvenil “Roça é Vida”²³.

No Quilombo Ivaporunduva não é diferente o modo como as práticas pedagógicas acontecem, isso porque existe um diálogo e compartilhamento entre nós, professoras dos territórios irmãos. Faz parte da nossa prática cotidiana trazer as mestras e os mestres dos saberes para dentro da escola, seja fisicamente ou através de textos escritos, orais, fotos, vídeos e músicas, e levar as crianças quilombolas para fora do espaço físico, delimitado à educação escolar. Essa fruição acontece à medida em que a concepção do território é entendida e vivida em sua integralidade.

²³ Em 2021, no contexto de pandemia, docentes de algumas escolas quilombolas de Eldorado-SP, utilizaram o livro “Roça é Vida” como recurso didático para elaborar sequencias didáticas para estudantes quilombolas do Fundamental I (EMEIF's: São Pedro, Galvão, Ivaporunduva, Nhunguara, André Lopes e Sapatú), Fundamental II e Médio (Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa). Ver em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/pela-1a-vez-livro-escrito-e-ilustrado-por-quilombolas-inspira-atividades-em-escolas-do-vale-do-ribeira-sp>>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

É comum a participação das crianças quilombolas nas atividades em seus territórios e também nos espaços externos de luta em defesa do território. Esse movimento evidencia o reconhecimento da escola como importante instituição por parte das organizações sociais quilombolas. Um exemplo nesse sentido ocorreu no início do ano de 2023 quando a Associação Quilombo Ivaporunduva organizou uma festa para comprar uma coleção de literatura infanto-juvenil voltada para as biografias e autorias negras; uma impressora e materiais de secretaria escolar; além de reivindicar à prefeitura a manutenção do prédio escolar, que necessita de urgentes reformas, que só ocorreram não pelo poder público, mas porque a associação buscou parceria com outras instituições não governamentais para efetivação da manutenção. A escola ganhou um colorido novo, acervo de livros afrobrasileiro, além de estantes de madeira na altura das crianças com bonecas negras e brinquedos.

Os livros didáticos adotados pelo município no período de 2020 e 2021 é de uma rede particular industrial e implicitamente suas abordagens trazem uma conotação pedagógica atrelada ao consumo e nesse sentido, exigia-se mais atenção no exercício docente de mediação dos conteúdos, por isso ao pensar os componentes curriculares das disciplinas escolares cabia a professora o cuidado na reflexão constante com os estudantes e o cuidado em não poluir o pensamento das crianças quilombolas com a concepção trazida no próprio livro didático, por isso seus conhecimentos prévios dialogavam com as aulas do material didático, mas também cabiam reflexões e conversas com as crianças no sentido de questionamentos ao próprio material adotado. Considerando essa carência de livro didático condizente com a geografia e a história no contexto quilombola, trabalhei as unidades temáticas sugeridas nos livros didáticos, e adotei também material complementar.

Quero destacar algumas práticas realizadas com as (os) estudantes do quilombo Ivaporunduva. Uma delas é a criação da história “A menina Árvore e o menino Rio”²⁴, que ocorreu a partir dos desenhos das crianças retratando o território, em várias atividades de Artes. A história compreende uma ação que

²⁴ LUIZ, Viviane Marinho. A menina Árvore e o menino Rio. Ver Infâncias Quilombolas: desenhos e histórias, em <<https://www.youtube.com/watch?v=hRuRsJTMhNk>>. Acesso em 27 mai. 2024)

retrata os conhecimentos das crianças quilombolas de Ivaporunduva e as relações que elas estabelecem com o território e as memórias da comunidade, a qual fazem parte e as constituem.

É importante destacar que essa história criada em outubro de 2020 e lançada em forma de audiovisual no dia 12 de outubro, em alusão ao Dia das Crianças, teve seu início no decorrer do ano letivo, quando as lideranças comunitárias, a convite da professora, ministraram aulas às crianças em alusão a algumas datas significativas do calendário, cujas unidades temáticas foram trabalhadas, para além da dimensão pontual e restritiva, mas de forma processual e contínua, sem fragmentação dos conteúdos, conforme veremos a seguir.

No mês de março em alusão ao Dia da Escola (15 de março), ao Dia Internacional de Ação Contra Barragens e pelos Rios, Água e Vida (14 de março), e ao Dia Mundial da Água (22 de março), as lideranças Araci Pedroso, José Rodrigues convidados pelas professoras foram a escola e ministraram a aula sobre os temas relacionados, dona Araci é uma das mulheres pioneiras na Luta contra as Barragens, junto com Zé Rodrigues. Ela contou sobre o início da escola e as dificuldades para termos a escola no território. As crianças foram aconselhadas por dona Araci, a estudarem, a valorizarem a escola e a respeitarem as professoras. Seo Ditão, co-fundador da Conaq, levou as crianças até a ponte que fica sobre o Rio Bocó e contou a elas suas andanças pelos rios Brasil afora, em territórios diversos em defesa dos territórios quilombolas e contou casos do Neguinho D'Água, que também aparece e existe em outros rios, além do nosso rio Ribeira de Iguape. José Rodrigues, por sua vez, contou sobre sua vivência no movimento e na luta contra as Barragens e explicou que o rio era a nossa estrada de antigamente, mencionou que o Rio Ribeira de Iguape não é barrado pela luta dos quilombolas. Dona Araci, Seo Ditão e José Rodrigues são membros co-fundadores do Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragens) no Vale do Ribeira/SP.

Em alusão a Semana do meio ambiente, o monitor ambiental da AMAMEL²⁵, Paulo Pupo ministrou uma aula aos nossos pequenos sobre a questão ambiental. No pátio da escola, em roda de conversa aconteceu a aula. As crianças fizeram desenhos e cartazes que foram expostos e produziram textos sobre o meio ambiente e seus posicionamentos contra o marco temporal, temas discutidos por Paulão de maneira contextualizada, inteligível e didaticamente acessível ao entendimento das crianças. Depois da aula, fomos à praça e tiramos fotos em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e exibindo nossos cartazes sobre o meio ambiente gritamos juntos: Não ao Marco Temporal!

Em setembro de 2020, por ocasião do Dia da Árvore, trabalhei a literatura “A semente que veio da África”, livro de autoria de Heloisa Pires Lima, Georges Gneka e Mário Lemos, com ilustração de Véronique Tadjó. Essa obra conta a história da árvore ancestral baobá, com belíssimas imagens e, em diversos territórios africanos. Feitas essas considerações das práticas de confluências com os mestres e mestras da comunidade, retomo a história “A menina árvore e o menino rio” cujo o objetivo foi na ocasião do Dia das Crianças em 12 de outubro do ano de 2020 termos um audiovisual que retratasse, para além das infâncias no contexto geral, como sempre ocorre, as infâncias quilombolas.

A produção intelectual e a criação da história a mim solicitada como escritora e produtora cultural em contexto profissional extraescolar só foi possível mediante a vivência prática com as crianças quilombolas e as lideranças quilombolas no contexto escolar e extraescolar. Obtive a autorização das mães e pais para publicar os desenhos das crianças. Com a história foi possível dar visibilidade aos modos brincantes das infâncias quilombolas interagindo com as árvores, com os rios, com a mata e com as histórias dos nossos encantados, tal como o Neguinho D’Água, que aparece no rio, mito de criação do lugar, conhecido pelas famílias e transmitido de geração a geração. Os desenhos das crianças do território foram a verdadeira inspiração para a

²⁵ Associação dos Monitores Ambientais do Município de Eldorado - SP, fundada em 1999 por iniciativa das comunidades tradicionais quilombolas.

criação dessa história que resultou num audiovisual em que as ilustrações ganharam uma animação, própria da movimentação das crianças quilombolas no território. As crianças quando assistiram o audiovisual e leram seus nomes descendo a tela, viram-se ilustradoras, autoras, produtoras, orgulhosas e cheias de si passaram a partilhar/recitar a história em forma de poesia com os seus pares (crianças das outras turmas) e professoras.

A menina árvore é ao mesmo tempo rio. E o menino rio é ao mesmo tempo árvore, faço portanto uma brincadeira de gênero à medida que meninos e meninas brincam juntos e das mesmas brincadeiras que estão associadas ao território que é amplo e permite que as crianças estejam em movimento. As meninas e os meninos sobem juntos na mesma árvore, as meninas e os meninos, no calor se refrescam juntos no mesmo ribeirão, sem segregação. Trata-se de uma narrativa de movimento e brincante das crianças do território quilombola Ivaporunduva, cujo significado é *rio de muitos frutos*. A história é forjada em elementos essenciais tais como: o território, o movimento/social, a corporeidade e a ancestralidade. O território quilombola é ancestral, reverenciamos a Figueira, o Rio Ribeira e por isso a história faz menção a um rio e a uma árvore de território africano ancestral (Rio Kwanza, Árvore Imbondeiro).

A narrativa elaborada a partir dos desenhos das crianças é o produto de uma sequência de atividades. Longe de ser um material dispensado ao final do ano letivo, desperta possibilidades de temas a serem estudados como territórios quilombolas, lutas sociais, patrimônios quilombolas e, especialmente as infâncias quilombolas, de modo que a narrativa pode ser replicada ou inspirar diferentes comunidades quilombolas do país.

No território, as crianças ensinam a nós, pessoas adultas sobre a prática da liberdade. A educação libertadora, transgressora e o esperar, propostos por Paulo Freire (2021) e bell hooks (2013), são práticas constantes no dia a dia das crianças quilombolas de Ivaporunduva, São Pedro e outras comunidades quilombolas irmãs. Elas vivem livremente, e nós, pessoas adultas, que já fomos crianças brincantes, hoje lutamos para que as crianças

possam simplesmente continuar brincando nos seus territórios. É lindo ver, próximo às moradias ou, em dias de jogos e torneios de futebol, as árvores no entorno das casas ou do campo de futebol parecendo “pés de crianças”, em meio a outros pés de árvores frutíferas e de espécies nativas da Mata Atlântica.

Descrevo agora como foi a participação das crianças do 1º ao 5º ano, na colheita de arroz da família Pupo. Em acordo, no segundo bimestre do ano letivo de 2023 as duas turmas (Fundamental I e II) utilizaram dentre outras literaturas, o recurso didático do livro “Na companhia de dona Fatura: uma História sobre Cultura Alimentar Quilombola”, livro de autoria de Luiz Marcos de França Dias (et al), com ilustração de Vanderlei Ribeiro e Amanda Nainá dos Santos. Essa obra conta a história da Cultura Alimentar Quilombola do Vale do Ribeira com belíssimas imagens das culinárias dos territórios quilombolas e a metodologia adotada pelas professoras consistiu de: inicialmente a apreciação do livro pelas professoras das turmas, bem como o estudo das habilidades essenciais em interdisciplinaridade e aos estudantes foi requerido: leitura deleite em família do livro e o desenvolvimento das atividades propostas que consistiam do trabalho com músicas que falavam de diferentes culturas alimentares, desenhos das roças familiares, produção textual, e em relação aos estudantes do 4º e 5º anos identificação dos elementos da narrativa, no componente de Língua Portuguesa. Em casa, realizaram conversas com os mais velhos que detém a experiência com puxirão de arroz. Trouxeram as anotações para partilha em sala de aula com os demais colegas, em uma roda de conversa.

Posteriormente, especificamente no dia 15 de maio de 2023, acatando ao convite da família Pupo às famílias da comunidade, pudemos levar as duas turmas para participação na colheita de arroz e depois realizamos outras atividades decorrentes da nossa participação.

Como uma das professoras é também monitora ambiental atuante na comunidade, fizemos uma roda e conversamos sobre como seria conduzida a nossa caminhada até a roça. As crianças conhecem os procedimentos porque

suas avós e avôs, suas mães e seus pais, suas tias e tios são os monitores (as) que conduzem o turismo de base comunitária étnico-cultural dentro da comunidade, por isso nossos combinados foram semelhantes ao que fazemos com os turistas. Escolhemos 3 estudantes para serem monitores, ficando um a frente do grupo, junto com a professora monitora; um ao meio, uma aluna do 5º ano e filha de uma monitora local; e outro monitor do 1º ano no final, junto com uma das professoras. Quando chegamos na roça tivemos uma participação acompanhada das pessoas mais velhas da comunidade, dona Cacilda (Cacilda da Silva Marinho) e Seo Ditão (Benedito Alves da Silva).

Seo Ditão aqui mencionado na colheita de arroz, é o mesmo citado na prática educativa apresentada anteriormente, realizada na EMEIF Quilombo São Pedro, sobre o Museu da Pessoa. Trata-se de história viva e vivenciada pelas crianças, que também vão aprendendo, ali mesmo, na prática, observando o canivete de metal ou improvisado de lasca de bambú ir, aos poucos, colhendo os cachos de arroz com uma das mãos e amontoando-os na outra. A presença de Seo Ditão e dona Cacilda acompanhando as crianças diz respeito, também à tradição oral, cujos “conhecimentos de toda espécie, [são] pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos” (Hampaté Bâ, 2010, p.167). O grupo de estudantes teve acesso às orientações e procedimentos da colheita, histórias contadas durante a colheita, risos e gargalhadas, causos, entre outros, que compõem o vasto acervo da memória oral quilombola.

A aula da roça continuou em casa em um primeiro momento. As crianças, com a ajuda dos familiares, responderam a um questionário sobre a roça visitada e a(s) cultura(s) cultivada(s) pela família Pupo e compartilharam em sala de aula. Também realizaram um desenho do puxirão, contemplando as pessoas presentes, exposto para a turma na aula seguinte. A conversa, em casa; o questionário, os desenhos e a roda de conversa, realizados em sala de aula, ancoraram a produção de relatos de experiência, produzidos pelos estudantes, já familiarizados com o gênero textual.

Ainda dialogando com Hampaté-Bâ (2010, p.160), a Tradição Oral coexiste ao mesmo tempo com a “religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial”. Dessa forma, essa atividade possibilitou a interação com a própria história do território em sua integralidade e dialogou com a elaboração conceitual sobre soberania alimentar, agricultura de subsistência, cultura alimentar quilombola em interdisciplinaridade com os componentes curriculares da Geografia, História, Matemática, Língua Portuguesa, Artes, Ciências Naturais .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Canta alto e sem medo,
Sua trama, o seu tema.
Canta gente de São Pedro,
Inhá Jovita, Inhá Iracema.
Canta firme onde pisa,
Canta um brado colossal.
Canta para Leonila,
Poetisa do Abobral.
Canta agora, lentamente,
Como um choro só de chuva.
Canta Maria da Guia,
Gente de Ivaporunduva.
Cante com a primazia, que o canto nos consola.
Cante forte, bravamente, esse seu canto gentil!
Cante paulatinamente, são mulheres do Brasil!
(Costa, 2012, p. 61)²⁶*

As práticas aqui mencionadas direcionadas a estudantes quilombolas tiveram como princípio as bases legais da Educação Escolar Quilombola e Educação para as Relações Étnico-raciais. Ao trazer como epígrafe o trecho da música “Mulher quilombola” de autoria de Antônio Lara Mendes e Júlio César da Costa, poetas do Vale do Ribeira -SP, nos remetemos ao nosso lugar de fala e inserção como autoras, bem como a nossa função, assumida no início deste

²⁶ Excerto extraído da música “**Mulher quilombola**” escrita por Júlio César da Costa e Antônio Lara Mendes, 2012, p. 61. Ver em: COSTA, Júlio César da. Na Ribeira da poesia. Peruíbe -SP: Editora Inteligente, 2012.

escrito, que foi a de anunciar possibilidades de práticas pedagógicas territorializadas.

Quando há práticas em consonância com o território, às crianças vivência na roça, nas casas de pau-a-pique, nas trilhas da mata, entre outros espaços, tendo como base as práticas em sala de aula, considerando a produção de conhecimento desse espaço denominado território quilombola, em todas as áreas do conhecimento, estamos proporcionando o esticamento das crianças quilombolas. As nossas práticas só são descolonizadoras porque o tempo todo atrelamos, inserimos e valorizamos a vivência das crianças e proporcionando a valorização de conhecimento também de diferentes espaços pretos, contrapondo-se à hegemonização branca.

Como nos ensina bell hooks, as nossas práticas de ensino devem levar em conta a diferença “entre a educação como prática de liberdade e a educação a serviço da manutenção da dominação” (Hooks, 2013, p. 12). Buscamos tanto na teoria como na prática caminhos e mecanismos que possibilitem a toda comunidade escolar apropriar-se da pedagogia revolucionária e profundamente anticolonial, forjada nas resistências às estratégias de colonização racista.

Se em sala de aula são apresentadas possibilidades de estudos contextualizados, fora dela, no seio comunitário, as crianças aprendem com os mais velhos e mais velhas a observar, sentir, escutar o território. Entendemos o território como uma Universidade Aberta com seu grande laboratório em todos os campos de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro / Jandaíra (Pólen), 2020.

AMÉRICO, Márcia Cristina; DIAS, Luiz Marcos de França; LUIZ, Viviane Marinho; SILVA, Laudessandro Marinho da. **Roça é Vida**. Ilustração Amanda Nainá dos Santos (Nainá), Vanderlei Ribeiro (Deco). São Paulo: *Iphan* – Grupo de Trabalho da Roça, 2020. Disponível em:

<<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov61.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 16, de 5 de junho de 2012.** *Elabora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Disponível em <[diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf)> . Acesso em: 27 mai. de 2024.

COSTA, Júlio César da. **Na Ribeira da poesia.** Peruíbe -SP: *Editora Inteligente*, 2012.

DIAS, Luiz Marcos de França. **Comunidades quilombolas em territórios coletivos do Vale do Ribeira (SP): saberes da roça em construção de um projeto político epistêmico.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep, Piracicaba, 2020. 169f.

FARIAS. Paulo F. de Moraes Griots. **Louvação oral e noção de pessoa no Sahel.** Ver em: 2004 Casa das fricas / PUC / USP (acervoafrika.org.br) . Data de acesso em 05 nov. 2023.

FONSECA, José Dagoberto da. **Sujeitos e saberes da educação quilombola** (Unidade 4). In: MORAES, Mara Sueli Simão; MARANHE, Elisandra André (Orgs.). *Educação para populações específicas*. v. 3. São Paulo: 2009. p. 119-141. (Coleção UNESP-SECAD-UAB).

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** *Petrópolis*, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Edimara. **Educação escolar quilombola: quando a diferença é indiferente.** 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. 143 f.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: *Zahar*, 2020.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. *Tradição Viva*. In: KI-ZERBO, J. *História Geral da África I; metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. – Brasília: **UNESCO**, 2010. p. 167-212

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania (Orgs.). **Racismo ambiental: por uma nova crítica à modernidade.** Rio de Janeiro: *Garamond*, 2006.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: *Editora Martins Fontes*, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios do racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: *Cobogó*, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

LUIZ, Viviane Marinho; AMÉRICO, Márcia C. Organização das mulheres quilombolas do Vale do Ribeira: ativismo social e político e as contribuições de bell hooks. In Educação emancipatória: perspectivas teóricas e práticas na diversidade. Ana Paula Galante Martinhago (Org.)1.ed. Campinas -SP: **Apparte**, 2021, 42-62.

LUIZ, Viviane Marinho. **A menina Árvore e o menino Rio**. Ver Infâncias Quilombolas: desenhos e histórias, em <<https://www.youtube.com/watch?v=hRuRsJTMhNk>>. Acesso em 27 mai. 2024)

MARINHO LUIZ, Viviane. *Infâncias Quilombolas: desenhos e histórias #TecnologiaseArtes*. 12 out. 2020. Sesc Registro. "A Menina Árvore e o Menino Rio". Disponível em: < [Infâncias Quilombolas: desenhos e histórias | #TecnologiaseArtes](#)>. Acesso em: 04 mar. 2025.

LUIZ, Viviane Marinho. O Quilombo Ivaporunduva e o enunciado das gerações: São Carlos: **Pedro & João Editores**, 2013, 157p.

NUNES, Georgina. H. L. (2016). Educação escolar quilombola: processos de constituição e algumas experiências. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 8(18), 107–131. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/45>.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território Afrodescendente: Leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007, 186 f.

RAMOS, Maria Estela R; CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Taipa como Processo Construtivo: O Ensino cooperativo entre comunidades, arquitetos e engenheiros**. XXXIV COBENGE 2006. Ensino de Engenharia; Empreender e Preservar. Anais do Passo Fundo: *Ed. Universidade de Passo Fundo*, setembro de 2006.

SILVA, Givânia Maria da. *Um olhar cruzado pelo "ser quilombola"*. Sernegra: VII semana de reflexões sobre negritude, gênero e raça: descolonizar o feminismo. Paula Balduino de Melo [et al.], organizadora. Brasília: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília**, 2019, p. 80-91.

SILVA, Givânia Maria da, et.al.(org.). **Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: *Jandaíra*, 2021.

SOUSA, Maria Páscoa de Sarmiento. Re-existências malungas: agência sociopolítica de mulheres quilombolas no Marajó. *Revista Terceira Margem*

Amazônia, v. 7, n. 18, p. 15-29, 2022. DOI:
<http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p15-29>.

SOUZA, Shirley Pimentel de; SANTOS, Tiago Rodrigues. 2024. **Comentários à Carta de Recomendações da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) às Instituições de Ensino Superior**. São Paulo: *Nexo Políticas Públicas*, 2024.

Recebido em: XXXXXXXX

Aprovado em: XXXXXXXX